

sanova Neto — Manoel Joaquim Fernandes — Mário Telles — Modesto Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nabil Chedid — Nadir Kenan — Nagib Chaib — Nelson Pereira — Avalone Júnior — Onofre Gosuen — Orlando Zancaner — Orlando Jazzeiti — Osvaldo Martins — Osvaldo Santos Ferreira — Osvaldo Massei — Paulo de Castro Prado — Paulo Planet Buarque — Pedro Geraldo Costa — Pedro Paschoal — Pinheiro Júnior — Raul Schwunden — Renato Cordeiro — Cardoso Alves — Semi Jorge Resegue — Sinval Antunes de Sousa — Solon Borges dos Reis — Valério Giulio — Venício Giachini — Lopes Ferraz — Odilo Siqueira — Luciano Nogueira Filho — Leônidas Uburanas — Leônidas Camarinha — Aristides Troncoso Peres — Muzzetti Elias Antônio e Salvador Julianelli; e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Lima — Antônio Morimoto — Augusto do Amaral — Camillo Ashear — Domingos Aldrovandi — Fioravanti Iervolino — Francisco Amaral — Israel Dias Novas — João Hornos Filho — Chaves de Amarante — Amaral Gurgel — Mauricio Leite de Moraes — Omair Zomignani — Paulo Nakandakare — Ruy de Almeida Barbosa — Ruy de Mello Junqueira — Shiro Kiono — Ubirajara Keutenedjian e Wilson Lapa.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

TELEGRAMAS

4 — De Nilza Binotti, N. Souto Branco, Dirce Mascarenhas e Dirce J. Paque, de Presidente Prudente, de agradecimentos a solidariedade dos Srs. Deputados Camillo Ashear, Cid Franco e Mendonça Falcão.

1 — De Itapetininga, solicitando sejam os preparadores e professores inspetores incluídos no projeto de lei que elevará os vencimentos do pessoal do ensino.

2 — Da Câmara Júnior de Santos, solicitando o não desmembramento da Praia Grande de São Vicente e da Câmara Júnior de Anápolis, de apoio à Câmara Júnior de Santos no movimento contra o desmembramento.

1 — Do Sr. Prefeito Municipal de Fernandópolis, convidando os deputados da Assembleia para a diplomação dos candidatos eleitos naquele município, realizada dia 26 do corrente mês.

OFÍCIOS DE CAMARAS MUNICIPAIS

3 — De Jundiá e Garça (2), anexando cópias de requerimentos aprovados naquelas Edilidades.

1 — De São Caetano do Sul, de agradecimentos pela aprovação do Requerimento 460/63, de congratulações pela fundação do "Jornal de São Caetano", editado naquele município.

1 — De Avanhandava, de apoio à greve dos professores do Grupo Escolar "Prof. Victor Sansoni", daquela cidade.

1 — De Jundiá, solicitando a elevação e fixação do número de Vereadores daquela Câmara, para a próxima legislatura.

1 — De Presidente Alves, protestando contra o possível desmembramento do distrito de Guaricanga, pertencente aquele município, para anexação ao Município de Pirajui.

OFÍCIO DIVERSO

1 — De Centro Acadêmico "D. Antônio Joaquim de Melo", de Itu, de apoio ao que reivindica o magistério.

ABAIXA-ASSINADO

1 — De professores do Município de Echaraporá, solicitando um aumento de 60% do magistério oficial e na forma de elevação das atuais referências e não de simples gratificação.

TELEGRAMA

Presidente Cyro Albuquerque Assembleia Legislativa São Paulo SP 21/10/63 agradeço v. g. nome Câmara Deputados v. g. voto congratulações essa nobre Casa Legislativa motivo aprovação projeto institui salário família trabalhadores pt CDS CDS Ranieri Mazzilli

OFÍCIO DO SR. EMBAIXADOR DE NEGÓCIOS DA EMBAIXADA DO CANADÁ NO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1963

Excelência, Em nome do Sr. Embaixador Chapdelaine que se encontra ausente do país, venho pela presente agradecer a V. Excia. o ofício que teve a gentileza de enviar em 25 de setembro p.p. com a transcrição do Requerimento n.º 441 de 1963, subscrito pelo nobre deputado Ariovaldo Roscito, pelo qual congratulava-se com o meu país pela passagem de sua Data Nacional.

Rogaria a V. Excia. tornar meus agradecimentos extensivos a S. Excia. o Deputado Roscito.

No ensejo, apresento a V. Excia. os protestos de minha alta consideração.

(a) Robert M. Middleton — Encarregado de Negócios a.i.

Sua Excelência,

Sr. Deputado Cyro Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

São Paulo — Est. São Paulo

OFÍCIO DO SR. EMBAIXADOR DA NORUEGA

P.t. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1963

Sr. Presidente,

Foi com a mais viva satisfação que tomei conhecimento da deliberação da Assembleia Legislativa de São Paulo de in-

serir na ata de seus trabalhos um voto de júbilo pelo transcurso do aniversário da Sua Majestade o Rei Olav V. da Noruega.

Desejo agradecer a Vossa Excelência, muito particularmente ao Sr. Deputado Ariovaldo Roscito e aos demais membros desta brilhante Casa, a simpática atitude em favor de meu país e ressaltar que gestões como esta tornam cada vez mais estreitos os laços tradicionais de amizade que sempre uniram Brasil e Noruega.

Em nome de Sua Majestade o Rei Olav V. em nome do povo da Noruega e em meu próprio, queira aceitar, Senhor Presidente, o meu mais profundo reconhecimento e a minha mais sincera homenagem a esta Assembleia Legislativa.

Do ensino, renovo-lhe aqui os meus protestos de alta consideração e estima.

(a) Knut Thomassen — Embaixador

A Sua Excelência o senhor deputado Cyro Albuquerque DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

OFÍCIO DO SR. EMBAIXADOR DO JAPÃO NO BRASIL

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1963.

Senhor Presidente da Assembleia Legis-

lativa.

É com grata satisfação que tomo conhecimento, através do prezado ofício n.º 4.451, de V. Exa., datado de 25 de setembro próximo passado, de que essa colenda Assembleia aprovou em sua sessão de 17 daquele mês, o requerimento n.º 401, subscrito pelo nobre deputado Paulo Nakandakare, por motivo de regresso pelo transcurso do 55.º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil.

Desejo, nesta oportunidade, externar a V. Exa. meus sentimentos de profunda gratidão pela manifestação de reconhecimento especial, dedicada à colônia japonesa nesta terra hospitaleira, e ao mesmo tempo quero expressar minha esperança de que a colaboração japonesa na tarefa de enriquecimento do nome da nação brasileira, seja cada vez maior, efetiva e eficiente.

Prevalecendo-me do ensejo apresento a V. Exa. os protestos de minha estima e consideração.

(a) Keliichi Tatsuke

Embaixador do Japão.

Excelentíssimo Senhor

Dr. Cyro Albuquerque

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Palácio do Trabalho.

São Paulo.

OFÍCIO DO SR. DIRETOR PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA PAULISTA

Campinas, 17 de outubro de 1963.

Exmo. Sr.

Cyro Albuquerque

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Palácio 9 de Julho

São Paulo.

Prezado Senhor:

Como V. Exa. por certo não lenora, tramitam por essa Casa, duas mensagens do Sr. Governador do Estado, consubstanciando projetos de lei, já aprovados em primeira discussão, a respeito do pagamento, pelas ferrovias de propriedade e administração do Estado, do 13.º salário aos inativos, majoração do salário-família, aos ativos, inativos e pensionistas, inclusive salários-espósa.

Os referidos projetos de lei, nos termos do acordo celebrado entre este Sindicato e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro devidamente homologado pela Justiça do Trabalho, deverão tramitar em regime de urgência, devendo ser aprovados em 20 dias, conforme informação prestada ao Sr. Governador do Estado, pelos líderes das bancadas.

Vimos, assim, solicitar os inestimáveis préstimos de V. Exa. no sentido de ser dado andamento, com a indispensável urgência aos referidos projetos, com o que estará V. Exa. contribuindo para a pacificação de família ferroviária, prestando um relevante serviço à Pátria, que tanto necessita de tranquilidade e do esforço conjunto e ininterrupto de todos os seus filhos para superar a hora caótica que vem atravessando.

Renovando nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração, subscrevemo-nos atenciosamente.

(a) Harry Normanston

Diretor Presidente

INDICAÇÕES

DO DEPUTADO ISRAEL DIAS NOVAES N.º 1.233 de 1963 — Indicando ao Executivo o restabelecimento dos "Psicólogos" pela D.S.T., para quantos se propõem a dirigir veículos a frete no município da Capital.

DO DEPUTADO SIDNEY CUNHA N.º 1.234 de 1963 — Indicando ao Executivo estudos no sentido do aproveitamento dos agentes arrecadadores dos postos de pedágio no serviço de licenciamento de veículos nas comarcas do interior, conforme específica.

DO DEPUTADO CHOPIN T. DE LIMA N.º 1.235 de 1963 — Indicando ao Executivo a concessão de subvenção suficientes para que o Hospital de Clínicas de São Sebastião prosseja funcionando regularmente.

DO DEPUTADO FRANCISCO AMARAL N.º 1.236 de 1963 — Indica ao Executivo a fixação de salário móvel, com bases nos níveis salariais mínimos, aos servidores estaduais, conforme específica.

DO DEPUTADO GUSTAVO MARTINI N.º 1.237 de 1963 — Indicando ao Executivo a abertura de concorrência pública para a construção de um novo presídio em Santos.

N.º 1.238 de 1963 — Indicando ao Executivo estudos no sentido de facilitar a instalação em Iguape, de uma fábrica de farinha de peixe.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N.º 643, DE 1963

Requeiro, na forma regimental, se digne o Sr. Chefe do Executivo, através da Secretaria respectiva, informar o seguinte:

a) — qual a razão porque os substitutos efetivos dos Grupos Escolares ainda não receberam os vencimentos a que têm direito, referentes ao mês setembro do corrente ano?

b) — é verdade que esses servidores poderão ficar sem receber os meses subsequentes, eis que há notícia de ausência ou "estouro" das verbas atribuídas a tais pagamentos?

c) — é possibilidade desses professores (substitutos efetivos) perceberem tais pagamentos ainda no corrente exercício?

d) — haverá ou não interrupção de pagamento dos vencimentos dos substitutos efetivos no decorrer das férias, se aproximam?

e) — quais as providências que estão sendo adotadas pela Secretaria respectiva com referência ao assunto?

Sala das Sessões, 29 de outubro de 1963

(a) Francisco Franco

Justificativa

Alarmam-se os substitutos efetivos dos Grupos Escolares com a notícia de que o Estado não tem dinheiro para pagar os vencimentos dessa classe de servidores, principalmente quando vemos que a Administração já deixou de pagar-lhes, pelo que fizeram já no mês de setembro p.p., justo, então, que se alarmem esses professores, considerando que já há decorrido um mês sem que lhes chegue às mãos a remuneração de direito.

Se o caso prende-se a um possível "estouro" de verba, por que a Secretaria respectiva não estabeleça providências a fim de que o fato não atinja o ponto que atingiu, de menosprezo aos professores pela falta de pagamento de seu já prometido, misero, insignificante ordenado?

Num Estado como o de São Paulo, é lamentável que isto aconteça. Aliás, deve haver um jeito de a comunidade da federação não oferecer tamanha injustiça a causa da educação.

REQUERIMENTO N.º 654, DE 1963

Requeiro, nos termos regimentais, se digne o Sr. Chefe do Executivo, através dos órgãos competentes, informar o seguinte:

a) — quais as causas reais que estão dificultando o pagamento das diárias a que fizeram jus os Delegados de Polícia, escrivães, investigadores e outros funcionários lotados ou em exercício nas Delegacias do Interior?

b) considerando que tal atraso de pagamento vem de ocorrer na atual administração, o que, aliás, não acontecia nas gestões governamentais anteriores, poderão esses servidores receber esses "atrasados" no decorrer do presente exercício?

c) pretende a Secretaria respectiva normalizar, de imediato, a situação desses servidores?

Sala das Sessões, 29 de outubro de 1963.

(a) Francisco Franco

Se é obrigação dos Delegados de Polícia, investigadores, escrivães e outros funcionários da polícia realizarem viagens em serviço do cargo, o que, aliás, é bastante justo de interesse para o serviço, não podemos esconder a nossa surpresa ao sabermos que as diárias que ocorrem com as viagens referidas não têm sido pagas pelo Estado, o que resulta em certos sacrifícios por parte dos servidores, que nem sempre estão em condições de se arcarem com tais despesas. O fato é que muitas vezes os funcionários são obrigados, em tais emergências, a se utilizar de economias que não poderiam ser desviadas do compromisso de sustento ao lar, para então, desembolsarem-nas no pagamento de despesas de responsabilidade do Estado.

Não é justo que tal esta — de cousa ocorra em sacrifício desses funcionários, eis que a Administração cabe a responsabilidade dessas despesas, que deveriam ser pagas pontualmente, sem oferecer precalços à vida regular de servidores afeitos ao sustento da família.

Ao mesmo tempo que solicito as informações acima, gostaria de apelar ao Sr. Chefe do Executivo as suas providências no sentido de que o pagamento das diárias a que têm direito os servidores em referência se fizesse tão pontualmente como bem merecem esses abnegados do serviço público.

REQUERIMENTO N.º 665, DE 1963

Requeiro, ouvido o Plenário, solicitar à Mesa do Executivo se digne informar, por intermédio da Diretoria do Serviço de Trânsito, o seguinte:

1 — número de taxis devidamente licenciados no município da Capital;

2 — a situação da propriedade de cada veículo, focalizando-se, especialmente, o caso de proprietários únicos e mais de um veículo;

3 — a situação dos trabalhos alusivos aos exames chamados "psicostestes".

Sala das Sessões, 29 de outubro d. 1963

(a) Israel Dias Novas

REQUERIMENTO N.º 666, DE 1963

Requeremos Comissão Especial de deputados, com o fim especial de acompanhar os dissídios coletivos dos trabalhadores, e bem assim analisar os vários aspectos da greve que ecodiu em São Paulo, tendo em vista que a Assembleia Legislativa não pode ficar à margem de tão grave problema que envolve 700 mil operários.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 1963

(a) Farabini Júnior — José Luiz

Gembranelli — Altimar Ribeiro de

Lima — Costabile Romano — Es-

meraldo Tarcinício de Campos —

Adhemar Pacheco — Oswaldo Mar-

tins — Modesto Guglielmi — Aris-

tides Troncoso Peres — Diogo No-

mura — Ruy Junqueira — Fernan-

do Mauro — Fioravante Iervolino

— Odilo Siqueira — Raul Schwinden — Jayme Daige — Antonio Morimoto — Alfredo Ignácio Trindade — Domingos Salvador Aldrovandi — José Garcia — Omair Zomignani — Leônidas Ferreira — Murillo Sousa Reis — Mendonça Falcão — Pedro Paschoal — Salgot Castillon — Scalamandrê Sobrinho — Gouveia Franco — Carlos Kherlakian — Francisco Franco — José Salvador Julianelli — Avalone Júnior — José Jorge Courty — Cid Franco — Ariovaldo Roscillo — Muzeti Elias Antonio — Leônidas Uburanas — José Costa — Chopin Tavares de Lima — Armando Zollner Machado — Manoel Joaquim Fernandes — José Sidney da Cunha — Lopes Ferraz — Augusto do Amaral — Osvaldo Santos Ferreira — Nelson Pereira — Olavo Hounreux de Moura — Leônidas Camarinha — Solon Borges dos Reis — Ubirajara Keutenedjian — Nagib Chaib — Gustavo Martini.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Atendendo à justa reivindicação dos moradores do distrito de Taiaçupeba, município de Mogi das Cruzes, solicito a V. Exa. a juntada do requerimento anexo ao Processo n.º RG.3.562-63, o qual, com base na Lei Orgânica dos Municípios e contando todas as exigências legais, pleiteiam a emancipação do aludido distrito.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1963.

(a) Blota Júnior

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Requeiro, em acordo com o art. 59 do Regimento Interno, a designação de relator especial para apreciar o Projeto de lei n.º 2.119, de 1963, de minha autoria, dispondo sobre a concessão do 13.º vencimento ao funcionalismo do Estado e a todo o pessoal das empresas e autarquias do Estado, o qual se encontra há mais de 30 (trinta) dias na ilustrada Comissão de Constituição e Justiça (13-9-1963).

Sala das Sessões, 30 de outubro de 1963

(a) Oswaldo Martins

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 2.884, DE 1963

Dispõe sobre isenção de multa pelo não recolhimento do imposto sobre vendas e consignações nos casos em que especifica

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — O imposto sobre venda e consignação de gado, entre produtores, poderá ser cobrado sem multa se o não recolhimento do tributo, no prazo legal, basear-se em divergência jurisprudencial entre o Tribunal de Alcaldia e o Tribunal de Justiça, e este proclamar ser indevido o imposto.

Artigo 2.º — Os débitos para com a Fazenda Estadual, decorrentes de venda e consignação de gado, realizadas até 31 de dezembro de 1962, entre produtores, poderão ser pagos com o desconto de 25%, até 30 de junho de 1964.

Parágrafo único — Na hipótese de haver cobrança em Juízo, as custas judiciais deverão ser pagas integralmente.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29-10-1963

(a) Sidney da Cunha

Justificativa

A presente proposição no seu artigo 1.º visa resguardar o contribuinte contra os riscos de uma divergência jurisprudencial, que às vezes, ocorre entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alcaldia. Desde que o primeiro entenda não ser devido o imposto, parece justificável que a cobrança do tributo, pelo Fisco, não seja acrescida de multa, proporcionando-se ao contribuinte a possibilidade de renunciar a uma defesa de seus direitos em juízo em troca do pagamento simples do imposto.

O artigo 2.º do projeto tem por objetivo, de sua parte, estimular a liquidação dos débitos para com o Fisco, permitindo a este obter recursos em menor prazo, livres dos ônus da inflação.

PROJETO DE LEI N.º 2.885, DE 1963

Dispõe sobre a criação do Serviço Obstétrico Domiciliar em Ribeira

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica criado um Serviço Obstétrico Domiciliar, subordinado à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, em Ribeira.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do órgão ora criado, consignará recursos necessários para ocorrer às respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Uma das mais importantes funções do legislador estadual é sem dúvida distribuir corretamente os recursos do Estado em benefício do seu povo, atendendo, não só a necessidade atual de um determinado setor da sua população, como também, visando a correção de males futuros.

Na criação, na infância, está o futuro, está a geração de amanhã que cumpre amparar e orientar no dia de hoje.

Tal propósito, sempre é digno de ser lembrado, quando problemas da natureza que este projeto de lei está visando, surge diante dos olhos do representante do povo.

Ribeira, próspero município de São Paulo, reclama, necessita, um serviço de obstetrícia domiciliar que atenda às famílias, protegendo a mãe pobre, dando recursos ao nascimento perfeito de seus filhos, cidadãos paulistas de amanhã, eis porque estamos